



# Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.

Empresa da Organização Bradesco  
CNPJ 52.988.821/0001-22  
Sede: Cidade de Deus s/nº - Prédio Marrom - Vila Yara - SP



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. (Bradesco Consórcios), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Bradesco Consórcios tem a missão de "Administrar grupos de consórcios de clientes, correntistas ou não do Banco, com transparência e excelência no atendimento, norteada pelos princípios da Organização Bradesco".

No exercício de 2011, a Bradesco Consórcios registrou Lucro Líquido de R\$ 339.437 milhões, correspondente a R\$ 1.057,44 por lote de mil cotas. Patrimônio Líquido de R\$ 960.704 milhões e Ativos Totais de R\$ 1.155.408.

Agradecemos aos nossos clientes a confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Casaco, SP, 14 de fevereiro de 2012.

Diretora

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
	2011	2010	
<b>ATIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6a)	1.120.813	896.023	
Carteira Própria	1.085.634	873.935	
OUTROS CRÉDITOS (Nota 7)	35.179	22.065	
Créditos Específicos	2.303	2.066	
Diversos	32.877	19.086	
OUTROS VALORES E BENS	-	23	
Despesas Antecipadas	-	23	
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>3.017</b>	<b>13.236</b>	
OUTROS CRÉDITOS (Nota 7)	2.959	13.236	
Diversos	2.959	13.236	
OUTROS VALORES E BENS	58	-	
Despesas Antecipadas	58	-	
<b>PERMANENTE</b>	<b>31.578</b>	<b>28.588</b>	
INVESTIMENTOS (Nota 8)	201	212	
Outros Investimentos	312	212	
Provisões para Perdas	(111)	(111)	
IMOBILIZADO DE USO (Nota 9)	1.330	1.561	
Outras Imobilizações de Uso	3.972	3.896	
Depreciações Acumuladas	(2.642)	(2.335)	
INTANGÍVEL (Nota 10)	30.047	28.826	
Ativos Intangíveis	31.802	27.462	
Amortização Acumulada	(1.755)	(556)	
<b>TOTAL</b>	<b>1.155.408</b>	<b>937.847</b>	
			<b>2011</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
OUTROS OBRIGAÇÕES			190.145
Sociais e Estatutárias			3.225
Fiscais e Previdenciárias (Nota 12a)			104.573
Diversas (Nota 12b)			82.060
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>			4.559
Diversas (Nota 12b)			4.559
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 13)</b>			<b>960.704</b>
Capital:			321.000
- De Domiciliados no País			639.704
- Reservas de Lucros			261.000
			383.491

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil			
	2º Semestre 2011	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2011	2011	2010
<b>RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>59.493</b>	<b>105.641</b>	<b>75.850</b>
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b)	59.493	105.641	75.850
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>59.493</b>	<b>105.641</b>	<b>75.850</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	<b>200.998</b>	<b>387.783</b>	<b>291.471</b>
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 14)	289.732	553.895	433.235
Despesas de Passagem (Nota 15)	(12.300)	(22.024)	(18.568)
Outras Despesas Operacionais (Nota 16)	(19.160)	(31.356)	(30.360)
Despesas Tributárias (Nota 17)	(31.728)	(60.331)	(47.011)
Outras Receitas Operacionais (Nota 18)	2.091	2.091	2.091
Outras Despesas Operacionais (Nota 18)	(27.274)	(51.570)	(47.539)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>259.591</b>	<b>493.424</b>	<b>367.321</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 19)</b>	<b>11.508</b>	<b>19.022</b>	<b>15.092</b>
<b>RESULTADO ANTES DA DISTRIBUIÇÃO DO LÍQUIDO</b>	<b>271.099</b>	<b>512.446</b>	<b>382.413</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 23)</b>	<b>(91.294)</b>	<b>(173.009)</b>	<b>(129.028)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>179.805</b>	<b>339.437</b>	<b>253.385</b>
Número de cotas (Nota 13a)	321.000.000	321.000.000	261.000.000
Lucro por lote de mil cotas em R\$	560,14	1.057,44	970,82

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil					
Eventos	Capital Social		Reservas de Lucros		Lucros Acumulados
	Legal	Estatutárias	Reservas	Reservas	
<b>Saldos em 30.6.2011</b>	<b>321.000</b>	<b>58.261</b>	<b>403.346</b>		<b>782.807</b>
Lucro Líquido	-	-	-	179.805	179.805
Destinações - Reservas:	-	-	8.990	169.107	(178.097)
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(1.708)
<b>Saldos em 31.12.2011</b>	<b>321.000</b>	<b>67.251</b>	<b>572.453</b>		<b>960.704</b>
<b>Saldos em 31.12.2009</b>	<b>242.000</b>	<b>37.610</b>	<b>226.496</b>		<b>506.106</b>
Aumento de Capital:	19.000	-	(19.000)	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	253.385	253.385
Destinações - Reservas:	-	-	12.669	240.716	(253.385)
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(135.000)
<b>Saldos em 31.12.2010</b>	<b>261.000</b>	<b>50.279</b>	<b>313.212</b>		<b>624.491</b>
Aumento de Capital com Reservas:	60.000	-	(60.000)	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	339.437	339.437
Destinações - Reservas:	-	-	16.972	319.241	(336.213)
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(3.224)
<b>Saldos em 31.12.2011</b>	<b>321.000</b>	<b>67.251</b>	<b>572.453</b>		<b>960.704</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil			
	2º Semestre 2011	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2011	2011	2010
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:</b>			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	271.099	512.446	382.413
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	1.182	2.035	1.624
Depreciações e Amortizações	892	1.549	914
Despesas com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	290	486	703
Perda na Venda de Bens do Imobilizado	-	-	7
<b>Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>272.281</b>	<b>514.481</b>	<b>384.037</b>
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	(91.296)	(211.699)	(125.875)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(6.784)	(2.910)	(9.091)
(Aumento)/Redução em Outras Obrigações	6.538	19.269	22.264
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(43.023)	(141.065)	(104.359)
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais</b>	<b>137.716</b>	<b>139.539</b>	<b>166.976</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:</b>			
Aquisição de Imobilizado de Uso	(54)	(128)	(205)
Aplicação Bens Intangíveis	(2.664)	(4.612)	(11.745)
Alienação de Imobilizado de Uso	2	9	37
Redução do Intangível	-	192	4.937
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos</b>	<b>(2.716)</b>	<b>(4,539)</b>	<b>(6,976)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:</b>			
Dividendos Pagos	(135.000)	(135.000)	(160.000)
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos</b>	<b>(135.000)</b>	<b>(135.000)</b>	<b>(160.000)</b>
<b>Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	-	-	-
<b>Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil					
Descrição	2º Semestre 2011		Exercícios findos em 31 de dezembro		%
	2011	%	2011	2010	
<b>1 - RECEITAS</b>	<b>334.317</b>	<b>105,9</b>	<b>629,609</b>	<b>107,9</b>	<b>106,9</b>
1.1 Intermediação Financeira	59.493	18,1	105.641	17,8	75.850
1.2 Prestação de Serviços	289.732	91,7	553.895	93,0	433.235
1.3 Outras	(14.908)	(4,7)	(30.467)	(5,1)	(29.737)
<b>2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(18.113)</b>	<b>(5,6)</b>	<b>(32,415)</b>	<b>(5,4)</b>	<b>(30,174)</b>
Materiais, Água e Energia	(398)	(0,1)	(726)	(0,1)	(538)
Serviços Técnicos Especializados	(4.481)	(1,4)	(8.408)	(1,4)	(7.416)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(3.308)	(1,0)	(7.144)	(1,2)	(6,256)
Comunicações	(4.384)	(1,4)	(8,029)	(1,3)	(6,057)
Contribuições Filiais	(2.750)	(0,9)	(2,750)	(0,5)	(4,014)
Processamento de Dados	(1,055)	(0,3)	(2,033)	(0,3)	(2,188)
Viagens	(730)	(0,2)	(1,289)	(0,2)	(904)
Transportes	(457)	(0,1)	(855)	(0,1)	(703)
Manutenção e Conservação de Bens	(1,043)	(0,3)	(1,043)	(0,2)	(1,043)
Outras	(512)	(0,2)	(1,043)	(0,2)	(919)
<b>3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b>	<b>316,204</b>	<b>100,3</b>	<b>596,564</b>	<b>100,3</b>	<b>449,174</b>
4 - DEPRECAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(692)	(0,3)	(1,549)	(0,3)	(914)
<b>3 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO</b>	<b>315,512</b>	<b>100,0</b>	<b>595,105</b>	<b>100,0</b>	<b>448,260</b>
<b>PRODUTO PELA ENTIDADE (3-4)</b>	<b>315,512</b>	<b>100,0</b>	<b>595,105</b>	<b>100,0</b>	<b>448,260</b>
<b>6 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>315,512</b>	<b>100,0</b>	<b>595,105</b>	<b>100,0</b>	<b>448,260</b>
6.1) Pessoal	9.937	3,1	17.418	3,0	14.169
Proventos	5.143	1,6	9.330	1,6	7.613
Benefícios	3.488	1,1	5.826	1,0	4.438
Outros Encargos	286	0,1	560	0,1	506
Outros Encargos	1.020	0,3	1.712	0,3	1.612
6.2) Impostos, Taxas e Contribuições	125.415	39,8	237.946	40,0	180.438
Federais	119.892	38,0	227.415	38,2	171.773
Municipais	5.633	1,8	10.531	1,8	8.665
6.3) Remuneração de Capitais de Terceiros	155	0,05	304	0,1	268
Aluguéis	155	0,05	304	0,1	268
6.4) Remuneração de Capitais Próprios	178.895	57,1	339.437	59,0	253.385
Dividendos	1.708	0,5	3.224	0,5	3.224
Lucros Retidos	178.097	56,6	336.213	56,4	250.161

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO - Em Reais mil			
	2011	2010	
<b>ATIVO</b>			
<b>CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>7.424.998</b>	<b>6.095.693</b>	
APLICAÇÕES FINANCEIRAS - Grupos em Andamento e Formação (Nota 20)	3.394.816	2.831.659	
Aplicações Financeiras	368.474	248.033	
Aplicações Financeiras Vinculadas e Contemplações	3.026.342	2.583.626	
OUTROS CRÉDITOS	4.030.182	3.264.034	
Direitos junto a Consorciados Contemplados	4.026.350	3.262.662	
Normais	3.982.765	3.227.014	
Em Atazo	18.588	15.210	
Em Cobrança Judicial	25.019	20.421	
Bens Retomados	3.832	1.368	
<b>COMPENSAÇÃO</b>	<b>27.773.365</b>	<b>26.020.008</b>	
Recursos mensais a receber de consorciados	27.773.365	26.020.008	
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	268.905	235.292	
Contribuições devidas ao grupo	14.508.987	13.520.590	
Valor dos Bens a Contemplar	12.995.473	12.264.126	
<b>TOTAL</b>	<b>35.198.363</b>	<b>32.115.701</b>	
			<b>2011</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>7.424.998</b>	<b>6.095.693</b>	
Obrigações com Consorciados	2.913.789	2.301.930	
Valores a Repassar	35.590	28.279	
Obrigações por Contemplações e Entrega	3.026.342	2.583.626	
Recursos dos Grupos	1.121.977	863.185	
Recursos dos Grupos	425.300	318.673	
<b>COMPENSAÇÃO</b>	<b>27.773.365</b>	<b>26.020.008</b>	
Recursos mensais a receber de consorciados	27.773.365	26.020.008	
Obrigações do grupo por contribuições	14.508.987	13.520.590	
Obrigações por futuras contemplações	12.995.473	12.264.126	
<b>TOTAL</b>	<b>35.198.363</b>	<b>32.115.701</b>	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS - Em Reais mil					
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro		2010
	2011	%	2011	2010	
Aplicações Financeiras	3.172.897	100,0	2.831.659	2.248.982	241.302
Aplicações Financeiras Vinculadas e Contemplações (Cotas de Fundos de Investimentos e LFT)	290.733	9,2	290.733	290.733	-
(+) RECURS					

continuação



# Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.

Empresa da Organização Bradesco  
CNPJ: 52.568.821/0001-22  
Sede: Cidade de Deus s/nº - Prédio Marron - Vila Yara - SP



## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) **Provisões:** são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribuna, sempre que a perda for avaliada como provável, ou que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

2) **Passivos Contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas (Nota 11c); e

3) **Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais:** decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade e que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis (Nota 11b).

### 1) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para essas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2011.

### 4) PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIOS

**1- Aplicações Financeiras**  
São demonstradas pelo valor de aplicação acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço. As aplicações em cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota disponibilizada pelo administrador do fundo, Banco Bradesco S.A. (gestão da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários), para a data-base. Esses valores representam os recursos disponíveis e não utilizados pelos grupos e são aplicados de acordo com as diretrizes da Circular nº 3.423/09, do BACEN. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao fundo comum e de reserva de cada grupo diamante.

**2- Outros Créditos**  
São créditos referem-se a direitos junto a consorciados contenciosos e representam os valores a receber referentes às parcelas vincendas do fundo comum e fundo de reserva, calculado com base no valor dos bens na data do balanço.

### 3- Passivo Circulante

**I - Obrigações com Consorciados**  
As obrigações com consorciados representam o fundo comum recebido de consorciados não contemplados para aquisição de bens e o fundo comum, a taxa de administração e o seguro recebido de consorciados dos grupos em formação são determinados com base no valor dos bens objeto da operação e no percentual de pagamentos estabelecido de acordo com o prazo de duração dos grupos.

### II - Valores a Repassar

Os valores a repassar referem-se a valores recebidos de consorciados a serem repassados, referentes à taxa de administração, prêmios de seguros, multas e juros e outros.

### III - Obrigações por Contemplações a Entregar

Correspondem ao valor de bens contemplados nos grupos, a serem entregues após a data das demonstrações contábeis, acrescidos dos rendimentos financeiros entre a data de contemplação e a data do Balanço.

### IV - Recursos a Devolver a Consorciados

Referem-se a valores a serem devolvidos aos consorciados ativos por ocasião do encerramento do grupo, referentes a pagamentos a maior de parcelas, e a valores a pagar aos consorciados desistidos e excluídos, atualizados pela variação do bem.

### V - Recursos dos Grupos

Referem-se aos recursos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo, pelos valores de fundo de reserva, remunerações de aplicações financeiras, multas e juros moratórios retidos pelo grupo, atualização da variação do preço do bem e valores de prestações não recebidas dos consorciados após esgotados os procedimentos de cobrança.

### VI - Contas de Compensação

**I - Previsão Mensal de recursos a receber de consorciados e recursos mensais a receber de consorciados**  
Demonstram a previsão de contribuições a receber (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês subsequente ao mês base das demonstrações contábeis. O montante foi calculado considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

### II - Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições

Referem-se aos valores totais das contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos (grupos em andamento) até o final do grupo, considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

### III - Valor dos Bens a Contemplar e Obrigações por Bens Contemplados

Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

### 5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Instituição não apresentava saldos em disponibilidade e outras contas que seriam consideradas equivalentes de caixa.

### 6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

#### a) Classificação por categorias e prazos

Títulos (1)	Em 31 de dezembro - R\$ mil		2011		2010	
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	Valor de mercado/ contábil (2)	Valor de mercado/ atualizado	Valor de mercado/ contábil (2)	Valor de mercado/ atualizado
<b>Títulos para negociação (3)</b>						
Letras financeiras do tesouro	1.126	-	985.603	986.729	986.729	986.729
Certificados de depósito bancário	49.068	-	819	49.887	49.887	-
Debêntures	2.062	18	7.537	9.617	9.617	6.491
Letras do tesouro nacional	-	-	24.713	24.713	24.713	11.225
Notas promissórias	-	6.410	-	6.410	6.410	-
Notas do tesouro nacional	-	-	15	15	15	15
Outras	1.362	72	6.829	8.263	8.263	2.514
<b>Total em 2011</b>	<b>53.618</b>	<b>6.500</b>	<b>1.025.516</b>	<b>1.085.634</b>	<b>1.085.634</b>	<b>-</b>
<b>Total em 2010</b>	<b>44.648</b>	<b>125</b>	<b>829.162</b>	<b>-</b>	<b>873.935</b>	<b>-</b>

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento, foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, e no caso de operações compromissadas, pelos respectivos papéis que estão lastreadas as operações, preservando a classificação da categoria dos fundos. No encerramento do exercício, os fundos exclusivos administrados pelo Conglomerado Bradesco somavam R\$ 1.085.634 mil (2010 - R\$ 873.935 mil). Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil;

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas;

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

#### b) Resultado de títulos e valores mobiliários

Títulos de Renda Fixa	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2011	2010
Total	105.641	75.850
<b>Total</b>	<b>105.641</b>	<b>75.850</b>

### 7) OUTROS CRÉDITOS - ESPECÍFICOS E DIVERSOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2011	2010
Impostos e contribuições a compensar	16.798	12.163
Pagamentos a ressarcir	14.732	16.155
Devedores por depósitos em garantia	2.411	2.188
Cobrança grupos encerrados	2.302	2.979
Créditos tributários (Nota 23c)	1.647	1.686
Outros adiantamentos	198	198
<b>Total</b>	<b>38.138</b>	<b>35.301</b>

### 8) INVESTIMENTOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2011	2010
- Certificados de investimentos - CI	12	12
- Investimentos audiovisuais	300	300
<b>Subtotal</b>	<b>312</b>	<b>312</b>
- Provisão para incentivos fiscais	(111)	(111)
<b>Total geral dos Investimentos</b>	<b>201</b>	<b>201</b>

### 9) MOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil-econômica dos bens.

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	Taxa anual	Custo
<b>Inventário de uso:</b>		
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	2.343 (1.264)
Sistemas de segurança	10%	15 (8)
Sistemas de processamento de dados	20%	1.514 (1.370)
<b>Total em 2011</b>	<b>3.972</b>	<b>(2.642)</b>
<b>Total em 2010</b>	<b>3.896</b>	<b>(2.335)</b>

### 10) INTANGÍVEL

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	Taxa anual	Custo
Software	20%	31.802 (1.755)
<b>Total em 2011</b>	<b>31.802</b>	<b>(1.755)</b>
<b>Total em 2010</b>	<b>27.382</b>	<b>(556)</b>

### 11) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

#### a) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

#### b) Passivos Contingentes classificados como perdas prováveis e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais civis e fiscais, decorrentes do curso normal de suas atividades. No constituição de prováveis a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribuna, sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o curso definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

#### c) Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando o ponto de vista dos assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribuna. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

#### II - Obrigações Legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

### III - Movimentação das Provisões Constituídas

	R\$ mil	
	Cíveis	Fiscais e Previdenciárias (1)
No início do exercício de 2011	1.294	8
Constituição de provisões/orçamentos	478	20
Pagamentos	(22)	-
No final do exercício de 2011 (Nota 12)	1.750	28
(1) Compreende, substancialmente, obrigações legais.		

#### c) Passivos Contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e ampara na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insumo. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivas, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

d) Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, não há processos contingentes avaliados como de perda possível de natureza relevante.

### 12) OUTRAS OBRIGAÇÕES

#### a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2011	2010
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	96.525	77.087
Impostos e contribuições a receber	6.020	4.953
Provisão para riscos - fiscais (Nota 11b)	28	20
<b>Total</b>	<b>104.573</b>	<b>82.060</b>

#### b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2011	2010
Valores a ressarcir a consorciados de grupos encerrados	69.829	78.605
Provisão para pagamentos a efetuar	7.489	9.574
Processos judiciais em andamento	7.263	6.204
Provisão para riscos - cíveis (Nota 11b)	1.750	1.920
Outros valores	555	621
<b>Total</b>	<b>86.906</b>	<b>96.296</b>

### 13) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 321.000 mil (2010 - R\$ 261.000 mil) totalmente integralizado, está dividido em 321.000.000 (2010 - 261.000.000) cotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

#### b) Movimentação do capital social

	Quantidade de Cotas	R\$ mil
Em 31 de dezembro de 2010	261.000.000	261.000
Aumento de capital - AC de 27.04.2011 (1)	60.000.000	60.000
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>321.000.000</b>	<b>321.000.000</b>

(1) Em 20 de maio de 2011 foi homologado pelo BACEN a Ata de Alteração do Contrato Social, deliberando aumentar o capital social em R\$ 60.000 mil, elevando-o de R\$ 261.000 mil para R\$ 321.000 mil, mediante a emissão de 60.000.000 cotas, no valor nominal de R\$ 1,00 para cada cota, mediante capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Reserva Estatutária".

#### c) Reservas de Lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2011	2010
<b>Reservas de Lucros</b>	<b>639.704</b>	<b>363.491</b>
Reserva Legal (1)	67.251	50.279
Reserva Estatutária (2)	572.453	313.212

(1) Constitui obrigação obrigatória a base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido ou não pelo balanço pré-jurídico. A reserva legal não pode ser apropriada nem mais se for obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser destinado em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias até atingir 90% do capital social integralizado.

#### d) Dividendos

Aos cofres estão assegurados dividendos mínimos obrigatórios, em cada exercício, de importância não inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das cotas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

Demonstrativo dos dividendos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro:

	R\$ mil	
	2011	2010
Lucro Líquido	339.437	253.385
(1) Reserva Legal - 5% sobre o lucro	(16.972)	(12.669)
<b>Base de cálculo</b>	<b>322.465</b>	<b>240.716</b>
Dividendos propostos	3.224	-
Destinação de dividendos com utilização de Reservas (1)	-	(135.000)
<b>Percent em relação à base de cálculo</b>	<b>1,0%</b>	<b>-</b>

(1) Conforme Ata de Reunião dos Sócio-Cotistas da Instituição, de 31 de maio de 2010, foi deliberado a destinação de dividendos no montante de R\$ 135.000 mil, utilizando parte do saldo registrado em "Reservas de Lucro - Estatutária", cujo pagamento foi efetuado em 29 de dezembro de 2011.

### 14) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contribuições de prestação de serviços, nos respectivos períodos correspondem aos valores de R\$ 553.895 mil (2010 - R\$ 433.325 mil) e referem-se basicamente à taxa de administração de grupos de consórcios.

### 15) DESPESAS DE PESSOAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2011	2010
Proventos	9.330	7.613
Encargos Sociais	5.156	1.495
Benefícios	5.826	4.438
Participação dos empregados nos lucros	1.420	1.428
Treinamento	222	77
Provisões trabalhistas	70	107
<b>Total</b>	<b>22.024</b>	<b>18.568</b>

### 16) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2011	2010
Serviços técnicos especializados	8.408	7.416
Comunicações	8.029	7.057
Propaganda, promoções e publicidade	7.144	6.256
Contribuições financeiras	2.750	4.014
Processamentos de dados	2.033	2.188
Depreciações e amortizações	1.549	914
Viagens	1.299	904
Transportes	785	703
Material	726	538
Aluguéis	369	394
Manutenção e conservação de bens	138	179
Outras	1.043	919
<b>Total</b>	<b>34.268</b>	<b>31.356</b>

### 17) DESPESAS TRIBUTARIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2011	2010
Contribuição ao COFINS	40.915	31.504
Impostos sobre serviços - ISS	10.531	8.665
Contribuição ao PIS	8.883	6.840
Outras	2.224	1.017
<b>Total</b>	<b>60.331</b>	<b>47.011</b>

### 18) OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

As outras receitas/(despesas) operacionais que nos respectivos exercícios, comparativas correspondem aos valores de R\$ 49.489 mil (2010 - R\$ 44.829 mil), estão representadas principalmente por despesas de comissões, gravames, Depre e taxa de avaliação.

### 19) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2011	2010
Taxas recuperação despesas	18.635	10.755
Despesas com prestação de serviços	369	350
Outras	18	4.087
<b>Total</b>	<b>19.022</b>	<b>15.092</b>



# Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 52.568.821/0001-22  
Sede: Cidade de Deus s/nº - Prédio Marrom - Vila Yara - SP

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 24) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Os consórcios mantêm seguros de vida e quebra de garantia, junto ao Grupo Bradesco Seguros e Previdência, cujos valores dos prêmios pagos encontram-se demonstrados em prêmios de seguros e contratos garantidos - quebra de garantia.

b) O Conselho Curador do FGTS editou a Resolução nº 616, de 15.12.2009, publicada no D.O.U. de 18.12.2009, e entrou em vigor a partir do dia 18.03.2010, estabelecendo critérios para utilização do saldo da conta vinculada do FGTS para amortização extraordinária, liquidação de saldo devedor e pagamento de parte das prestações no âmbito do Sistema de Consórcio Imobiliário.

c) Em 16 de julho de 2010, o Banco Central do Brasil publicou a Circular nº 3.501/10 que dispõe sobre o funcionamento de componente organizacional de custódia das administradoras de consórcios.

d) **Gerenciamento de riscos**  
A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização dos negócios da Organização, motivo pelo qual está constantemente sendo aprimorada em seus processos.  
As decisões da Organização são pautadas em fatores que combinam o retorno sobre o risco previamente identificado, mensurado e avaliado, viabilizando o alcance de objetivos estratégicos e zelando pelo fortalecimento da Instituição.  
A Organização possui o controle dos riscos de modo integrado e independente, proporcionando unicidade às políticas, processos, critérios e metodologias de controles de riscos por meio de um órgão estatutário, o Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital.  
O Bradesco Consórcios como parte integrante da Organização Bradesco atua a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

e) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, alguns procedimentos contábeis, suas interpretações e orientações, foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovado pelo CMN.  
Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:  
• Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);  
• Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);  
• Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);  
• Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);  
• Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);  
• Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 - produzirá efeito a partir de 1º de Janeiro de 2012); e  
• Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23 - produzirá efeito a partir de 1º de Janeiro de 2012).  
Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva.

### A DIRETORIA

Fernando Antônio Tenório - Diretor  
Nilton Pelegriño Nogueira - Diretor Superintendente  
Cláudio Teixeira de Souza - Controlador - CRC 1SP177829/O-6

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.  
Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos do consórcio em 31 de dezembro de 2011 e das variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para a expressão de uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui,

também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.  
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcios em 31 de dezembro de 2011 e as variações consolidadas das disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre e exercício findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

#### Outros assuntos

##### Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 14 de fevereiro de 2012



KPMG Auditores Independentes  
CRC ZSP014429/O-6

Cláudio Rogério Sertório  
Controlador CRC 1SP212059/O-0

Zeniko Nakassato  
Controlador CRC 1SP160769/O-0



# Teixeira pede licença da CBF por motivo de saúde

Presidente da CBF se afasta do cargo por 30 dias e será substituído por José Maria Marin, que foi informado ontem.

**A**legando problemas de saúde, o presidente da CBF, Ricardo Teixeira se licenciou, e indicou para substituí-lo José Maria Marin.

Vice mais velho da CBF, Marin havia sido convocado pelo presidente da CBF, Ricardo Teixeira, e estava no Rio desde quarta-feira. Ele foi informado ontem que vai assumir, internamente, a CBF. De acordo com Marin, Teixeira enviou comunicado aos presidentes de federações estaduais informando sua decisão.

Seu "padrinho", o presidente da FPF, Marco Polo Del Nero, não o acompanhou, segundo sua assessoria.

A informação foi confirmada na tarde de ontem pelo presidente da Federação Gaúcha de Futebol, Francisco Noveletto - e também pelo presidente da Federação Goiana, André Luiz Pitta Pires. Segundo ele, Teixeira pediu licença do cargo por 30 dias.

**Problemas de saúde** - Em crise não só dentro de campo, com a seleção brasileira eliminada das últimas Copa do Mundo e Copa América logo nas quartas de final, como também, e principalmente, fora dele - em meio a novas denúncias de corrupção - o dirigente já vinha dando sinais de que poderia sair.

Em 1989, o empresário mineiro Ricardo Teixeira foi eleito o 18º presidente da CBF, cargo que exerceu até a tarde de ontem. Teixeira - genro de João Havelange, que estava comandando a Fifa - demitiu, no início

do mês, o tio, Marco Antônio Teixeira, da secretaria-geral da entidade, falida em 2001, será avaliado pela Corte Federal da Suíça e tem documentos considerados comprometedores para Teixeira.

O processo, que tramita desde 2008, reúne os nomes de dirigentes que, supostamente, receberam propina em negociação pelos direitos de transmissão de Copas do Mundo.

Pressionado, Teixeira perdeu força para virar o sucessor de Joseph Blatter na presidência da Fifa após a Copa de 2014, no Brasil. Em 2000, ele chegou a enfrentar duas CPIs (Comissões Parlamentares de Inquérito) no Congresso Nacional, mas o título da seleção no Mundial de 2002, segundo ele próprio, serviu para revigorá-lo e mantê-lo à frente da CBF.

Seu mandato iria até 2015, graças a uma manobra no estatuto da confederação. Em 2008, ele conseguiu convencer os presidentes das federações estaduais a estender a gestão, de quatro para sete anos, para "não interferir" nos preparativos do País na Copa-2014.

Sem ele, o estatuto da CBF diz que assumirá o vice-presidente mais idoso. Ao todo, eles

são cinco, um para cada região do País, e esse status ficaria com José Maria Marin, 79. Representante do Sudeste e ex-governador de São Paulo, o dirigente foi flagrado, recentemente, por câmeras de televisão. Ele colocava, no próprio bolso, uma das medalhas da premiação do título da Copa São Paulo de juniores conquistado no último dia 25 pelo Corinthians.

**Afastamento** - "Foram 23 anos e 2 meses", destacou ontem o ESPN.com.br. "O mandato mais longo de um presidente na história da Confederação Brasileira de Futebol, a CBF. Uma era que pode ter chegado ao fim nesta quinta-feira, 8 de março de 2012. Ricardo Terra Teixeira pediu afastamento do cargo por licença médica".

A informação foi confirmada ao ESPN.com.br pelo presidente da Federação Paulista de Futebol, Marco Polo del Nero. "A notícia da licença é natural. Já se tinha falado sobre isso muitas vezes. Não é nada de anormal. Não estipularam para mim o tempo de ausência".

Segundo o estatuto da CBF, o prazo máximo para o afastamento do presidente é de 60 dias. Del Nero confirmou, também, que José Maria Marin assumirá o cargo. E, nas palavras do mandatário da FPF, pouca coisa deve mudar no comando da entidade máxima do futebol brasileiro.

"Se ele é presidente, ele tem autonomia, de acordo com programação do presidente anterior. Ele vai seguir a mes-

A notícia da licença é natural. Já se tinha falado sobre isso muitas vezes.

Marco Polo del Nero, presidente da Federação Paulista de Futebol.

Ueslei Marcelino/Reuters - 31.10.11



Teixeira: gestão de conquistas nos gramados e denúncias fora deles.

ma linha do presidente anterior, até por lealdade", afirmou Del Nero ao ESPN.com.br.

**23 anos no poder** - O presidente da mais importante organização esportiva do País trocará a sede da Barra da Tijuca pela nova residência da família em Miami, onde pretende dedicar mais tempo à mulher, Ana Carolina Wingand, e à filha Antônia.

Os rumores sobre sua saída do cargo, que exerceu com mão de ferro, começaram em fevereiro. A medida em que novas informações surgiram, a saída parecia mais próxima. Até que, ontem, finalmente, a notícia se tornou oficial.

A gestão de Ricardo Teixeira foi marcada pela oposição entre conquistas dentro dos gramados e denúncias fora dele. Nas últimas duas décadas, a seleção brasileira conquistou duas Copas, o País ganhou o direito de sediar um Mundial, e a CBF tornou-se uma instituição rentabilíssima, de contratos multimilionários. E Teixeira viveu envolvido em polêmicas e denúncias.

Depois de sobreviver a duas CPIs, conseguiu se reeleger em 2003 e em 2007. Com a escolha do Brasil para sede do Mundial de 2014, seu mandato foi ampliado, mas Teixeira decidiu sair antes. (Agências)

Sergio Lima/Folhapress



Presidente Dilma reuniu-se com representantes do Comitê Olímpico Internacional

## Governo perdoa Valcke

Aceitas as desculpas do secretário da Fifa, encontro reunirá Dilma e Blatter.

O governo federal aceitou as desculpas do secretário-geral da Fifa, Jérôme Valcke, que sugeriu na semana passada um "chute no tapete" do Brasil para acelerar os preparativos para a Copa do Mundo de 2014. Ficou ainda de ser agendada uma reunião entre o presidente da entidade, Joseph Blatter, e a presidente Dilma Rousseff.

Ontem, o ministro do Esporte, Aldo Rebelo, enviou uma carta a Valcke e outra a Blatter tratando deste tema. O

"perdão" foi concedido depois que Valcke se retratou. Ele culpou a tradução de uma frase em francês para o português, mas a entrevista que iniciou a polêmica foi em inglês. Aldo chegou a pedir à Fifa a troca do interlocutor nas negociações, mas recuou diante do pedido de desculpas do dirigente.

Em resposta de apenas duas linhas, Aldo comunicou sua decisão: "Em atenção à sua correspondência do dia 5 de março de 2012, comunico a Vossa Senhoria, em nome do

governo brasileiro, que suas desculpas foram aceitas". Essa é a íntegra da carta a Valcke.

No documento enviado a Blatter, Aldo reafirma que o pedido de desculpas foi aceito, mas faz uma cobrança. "Reafirmo a posição do governo brasileiro de que episódios como este não podem mais se repetir, em prol da boa preparação da Copa do Mundo no Brasil".

Blatter propôs um encontro na semana que vem. Aldo disse que a data cabe ao cerimonial de Dilma. (AE)